

IC - Inquérito Civil n. 06.2024.00004183-7

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 90, inciso XII, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e

ALISSON KENNEDY LIMA DE PAULA, inscrito no CPF sob o n. 762.904.092-04, nascido em 25/09/1996, filho de Raquel da Silva Lima Filha e Sebastião Anastácio de Paula, residente na Rua Rio de Janeiro, 695, Areias, Camboriú/SC, acompanhado da Dra. Carla Juliana Detoni Luiz, inscrita na OAB/SC 65.484, ora **COMPROMISSÁRIO**, firmam o presente:

CONSIDERANDO que nos termos do art. 127, *caput*, da CRFB o “Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público, como um dos instrumentos da Política Nacional das Relações de Consumo, assegurar o respeito aos direitos dos consumidores nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, do artigo 5º, inciso II, e do artigo 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que o artigo 18, §6º, inciso II do Código de Defesa do Consumidor dispõe que são impróprios ao uso e consumo os produtos que estejam em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

CONSIDERANDO que o artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor veda ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, a de colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em

desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes;

CONSIDERANDO que o art. 55, §1º, do Código de Defesa do Consumidor destaca que *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias"*;

CONSIDERANDO que a Convenção de Quadro para Controle do Tabaco, promulgada através do Decreto n. 5.658/2006, proíbe a comercialização, importação e propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumo, conhecidos como cigarros eletrônicos, e-cigarretes, e-ciggy, entre outros, especialmente os que aleguem substituição de cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo e similares no hábito de fumar ou objetivem alternativa no tratamento do tabagismo;

CONSIDERANDO que a Lei n. 9.782/1999, em especial os artigos 6º e 8º, §1º e inciso X, que conferem à ANVISA a finalidade institucional de promover a proteção da saúde da população, com a competência para regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, inclusive cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 46/2009 da ANVISA proibiu a comercialização, importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumo, conhecidos como cigarro eletrônico;

CONSIDERANDO que a Resolução da Diretoria Colegiada RDC n. 855/2024, manteve a mencionada proibição de comercialização, importação, armazenamento, transporte e propagandas dos dispositivos eletrônicos para fumar, além de reforçar a proibição de seu uso em recintos coletivos fechados, público ou privado;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público a notícia de livre comercialização de cigarros eletrônicos nos boxes existentes no Camelódromo de Balneário Camboriú, localizado na Rua 1520, 111, Centro, Balneário Camboriú, razão pela qual foi instaurada a Notícia de fato n. 01.2024.00030850-7, requisitando-se à Polícia Civil a realização de diligência

investigatória no local;

CONSIDERANDO que no curso da diligência, ocorrida em 10 de setembro do corrente ano, foi constatada a comercialização de produtos proibidos pelo BOX 221 e BOX 139, ambos de responsabilidade de **ALISSON KENNEDY LIMA DE PAULA**, tendo sido apreendidos, 50 (cinquenta) e 60 (sessenta) unidades de cigarros eletrônicos, respectivamente, fato que culminou no Auto de Prisão em Flagrante n. 461.24.00019;

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA 1ª - O compromissário compromete-se, a partir da assinatura do presente termo, a não comercializar, importar, exportar, produzir, fabricar, adquirir, vender, oferecer ou ter em depósito quaisquer acessórios (aparelhos, essências, etc) e dispositivos eletrônicos para fumo, conhecidos como cigarros eletrônicos, e-cigarretes, e-ciggy, entre outros, especialmente os que aleguem substituição de cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo e similares no hábito de fumar ou objetivem alternativa no tratamento do tabagismo;

Parágrafo único: O descumprimento da cláusula 1ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento constatado no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

CLÁUSULA 2ª - O compromissário compromete-se a instalar, no caixa dos estabelecimentos, de forma visível aos consumidores, duas placas de tamanho não inferior a 60cm de largura x 30cm de altura, em fonte não inferior a "arial 96", com os seguintes dizeres: "**Proibida a venda e utilização de cigarros eletrônicos e seus acessórios**".

Parágrafo 1º: O descumprimento da cláusula 2ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

Parágrafo 2º: O compromissário compromete-se a comprovar o cumprimento da cláusula 2ª, no prazo de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA 3ª - O compromissário compromete-se a pagar, a título

de multa indenizatória pelos danos causados à coletividade, o valor de 6 (seis) salários mínimos, em 6 parcelas, com início de vencimento em 30 dias a partir da assinatura do presente termo, destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL, a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça;

Parágrafo único: O inadimplemento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado de toda a multa indenizatória, exigível com juros de 1% ao mês e correção monetária.

CLÁUSULA 4ª - O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o Compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

CLÁUSULA 5ª - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

CLÁUSULA 6ª - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 7ª - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.


Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Balneário Camboriú, 03 de outubro de 2024.

Alvaro Pereira Oliveira Melo
Promotor de Justiça

Alisson Kennedy Lima de Paula

Alisson Kennedy Lima de Paula
Investigado


Dra. Carla Juliana Detoni Luiz
OAB/SC n. 65.484